

**Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU**

Brasília, 22 a 26 de abril de 2024 – Nº 530

[STF valida poder de investigação criminal do Ministério Público](#)

[Supremo mantém validade de portaria que demarca Terra Indígena Toldo Boa Vista, no Paraná](#)

[Tribunais reafirmam defesa da democracia e da liberdade de expressão na entrega do I Prêmio Nacional de Jornalismo do Judiciário](#)

[STF mantém liminar que suspendeu aplicação de parecer da AGU sobre demarcação de terra indígena](#)

[STF suspende tramitação de todas as ações judiciais sobre Lei do Marco Temporal](#)

[STF vai decidir sobre pensão previdenciária para filha solteira transexual](#)

[Uma jornada com foco na cidadania](#)

[Benefício previsto em acordo da Aladi exige envio direto da mercadoria do país exportador para o importador](#)

[Primeira Seção aprova nova súmula de direito público](#)

[Corte Especial cancela súmula sobre honorários advocatícios da Defensoria Pública](#)

[I Encontro Nacional dos Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal é encerrado em Brasília \(DF\)](#)

[TNU fixa tese sobre prazo prescricional para pedidos de concessão do auxílio emergencial](#)

[Turma Nacional de Uniformização afeta dois novos temas como representativos da controvérsia](#)

[TNU fixa tese sobre direito de mãe de militar viúva à assistência médico-hospitalar](#)

**Informativo STF - Nº 1133**

**Informativo de Jurisprudência STJ - Nº 808**

**Pesquisa CAJU**

[A história e a gênese da intervenção federal](#)

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)